

Do estelionato — Tipificação da conduta e estado de flagrância — Caracterização do dolo e idoneidade do meio iludente (*)

BEATRIZ HELENA RAMOS AMARAL
Promotora de Justiça — SP

PROCESSO N.º 120/92 — 5.ª Vara Criminal da Capital
Justiça Pública — E.J.S.

RAZÕES DE APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Egrégio Tribunal

Colenda Câmara

Douta Procuradoria de Justiça

1. Intróito

Cuidam os autos de ação penal pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado contra E.J.S. e que a este atribui a autoria de delito de estelionato, em modalidade tentada, praticado contra a vítima L.P.M.S. Consoante a narrativa contida na prefacial acusatória, a infração teria ocorrido em data de 22 de fevereiro de 1992, por volta de 19:30 horas, neste município e Comarca de São Paulo, na rua Corneteiro de Jesus, n.º 368, em área do 20.º Distrito Policial local.

Verte dos autos que, na data, horário e local acima apontados, teria o agente tentado obter, para si, a vantagem pecuniária de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), em prejuízo da mencionada vítima, a quem teria induzido em erro, mediante o emprego de artilagem previamente engendrada e já anteriormente posto em execução — com sucesso — em face de outras vítimas.

Em verdade, o processado localizara o telefone da ofendida em uma edição no jornal "Primeira Mão", em anúncio pertinente ao preparo e entrega a domicílio de

(*) 2.ª Menção honrosa no Concurso "Melhor Arrazoado Forense", série 91/92.

gêneros alimentícios. Após o planejamento do crime, o infrator telefonara a I. e lhe fizera a encomenda de quatrocentos espetinhos de carne. Aceita a encomenda e ajustado o preço de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) por unidade, convencionaram as partes que a entrega e o respectivo pagamento ocorreriam às 19:30 horas do dia 22 de fevereiro do fluente ano, na Igreja Universal do Reino de Deus, sita no endereço já consignado.

Ocorre que a encomenda apenas compunha parte de um ardid já outras vezes empregado pelo agente, com o propósito de locupletamento ilícito, eis que sua real pretensão era apoderar-se do objeto encomendado, sem efetuar a devida contraprestação, ou seja, deixando de efetuar qualquer pagamento pelos gêneros que viria a receber.

Destarte, no dia e horário aprazados, a vítima compareceu ao local, acompanhada de seu irmão e levando consigo o objeto da encomenda que lhe fora feita. E. lhe solicitou que a acompanhasse até o interior da Igreja, informando que o pagamento seria efetuado pelo pastor. Era intenção do increpado ludibriar I.P.M.S., dizendo à mesma que aguardasse o pastor, enquanto ele próprio se apossaria dos espetinhos e empreenderia fuga. Valendo-se de tal expediente, já obtivera êxito em ocasiões anteriores, e tudo o levava a crer que igual sucesso consumativo viria a repetir-se, na oportunidade em exame. E. chegou a apoderar-se da encomenda, mas não em caráter definitivo, tendo circunstâncias alheias à sua vontade interferido no desfecho dos acontecimentos.

A interrupção do *iter criminis*, motivada por sua prisão em estado de flagrância, impediu pudesse o mesmo alcançar a vantagem pecuniária almejada. Sem a obtenção do resultado lesivo, caracterizou-se, na espécie, a figura do *conatus*, o que implica a redução da pena prevista em abstrato para a modalidade delitiva consumada.

2. Breve relato do processo e da sentença

A conduta ilícita de E.J.S. foi noticiada à autoridade em exercício no 20.º Distrito Policial da Capital e, nos termos estabelecidos pelo artigo 302, item I, do Código de Processo Penal, foi lavrado o auto de prisão em flagrante. Iniciou-se o inquérito policial (autos de n.º 158/92) que, reunindo os necessários vestígios e indícios da infração, fez-se encaminhar à Justiça Pública, vindo a embasar a ação proposta por esta Promotoria de Justiça Criminal.

Instaurada a lide (fls.), foi designada data para interrogatório do réu, que, requisitado, compareceu a Juízo e se viu interrogar, consoante auto inserido a fls. No tríduo legal, apresentou defesa prévia, ofertando rol de testemunhas e postulando, concomitantemente, a concessão da liberdade provisória.

No que respeita ao pedido do mencionado benefício, adveio parecer desfavorável do órgão do Ministério Público (fls.), perdurando a prisão flagrancial do imputado.

Neste ponto, foi encartado aos autos expediente oriundo do 20.º Distrito Policial, composto de laudo referente à transcrição de fita magnética contendo a conversação mantida por telefone entre E. e a vítima I. (fls.) e de aditamento ao interrogatório policial do primeiro.

No transcurso da instrução contraditória, foram tomadas as declarações da vítima, sendo colhidos depoimentos de quatro testemunhas arroladas na denúncia. Homologada a desistência de testemunha arrolada pela Defesa, e encerrada a

instrução do feito, cumpriu-se o disposto nos artigos 499 e 500 do Código de Processo Penal, sendo de registrar, outrossim, a juntada de novo expediente encaminhado pela Delegacia Policial de origem, este composto de assentada de inquirição de testemunha, e de laudo pericial concernente a exame documentoscópico de material apreendido em poder do acusado (fls.).

Apresentadas pelas partes as alegações finais, pugnou esta Promotoria pela integral procedência da lide (fls.), enquanto a Defensoria pleiteou a prolação de decreto absolutório (fls.).

Com a acuidade que lhe é peculiar, o Inclito Magistrado desta Instância operou acurado exame das provas, para concluir pela existência de crime de ensaio, trazendo em abono de sua tese elementos jurisprudenciais relacionados à prática de crime impossível e flagrante preparado. Embora reconhecendo incontestemente a autoria dos fatos, entendeu inidôneo, **in concreto**, o meio utilizado pela agente na empreitada ilícita a que se propôs e, em decorrência da alegada inidoneidade, houve por bem aplicar à espécie o artigo 17 do Código Penal — ineficácia absoluta do meio.

Desse convencimento judicial resultou o decreto absolutório, fundamentado no artigo 386, inciso V, do Código de Processo Penal, combinado com o artigo 17 do Código Penal (fls.).

Em que pesem os doutos argumentos invocados na respeitável decisão, outra é, **data venia**, a convicção deste órgão do Ministério Público, que, inconformado, interpôs, com base no artigo 593, inciso I, da lei penal instrumental, o recurso de apelação (fls.), que ora passa a arrazoar.

3. Estelionato — Da caracterização do tipo penal na espécie

Divergindo do entendimento de mérito judicialmente esposado, diz esta Promotoria que a hipótese *sub studio* apresenta, de fato, o conjunto de todos os elementos constitutivos do tipo previsto no artigo 171 do Código Penal, conjugado, à evidência, ao disposto no artigo 14, inciso II, do mesmo ordenamento legal.

Identificam-se claramente na conduta do sujeito incriminado a tentativa de obtenção de vantagem, a ilicitude desta, o pretendido prejuízo alheio, o induzimento da vítima em erro e a utilização de ardid. Analise-se cada qual.

Ao abordar o tema, do ponto de vista histórico, lembra Heleno Cláudio Fragoso que o delito em questão foi delineado à época do Império Romano, precisamente no século II d.C., em figura genérica denominada *stelionatus*. Era tido como crime extraordinário e compreendia todos os casos abrangidos pela *actio doli* e não passíveis de subsunção em outro tipo autônomo também ofensivo ao patrimônio.

Sucedendo que, anteriormente a essa construção legal, a conduta integrava o chamado *dolus malus*, delito privado de criação pretoriana. Em suas *Lições de Direito Penal*, traz o eminente penalista pátrio acima citado a definição de *dolus malus*, atribuída por Ulpiano a Labeão: "*Omnem calliditatem, fallaciam, machinationem ad circumveniendum, fallendum, decipiendum alterum adhitam*", (cf. op. cit., Parte Especial, vol. 2, 5.ª ed., José Bushatsky Editor, São Paulo, 1980, pág. 70).

Dita estrutura viria a constituir modernamente o crime de estelionato, inserido no Direito Penal Público, que, transpondo o Direito Intermédio, incorporar-se-ia,

hodiernamente, aos Códigos francês (*escroquerie*), italiano (*frode* e, posteriormente, *truffa*), espanhol (*estafa*), português (*burla*) e alemão (*Betrug*).

Posteriormente à sua inserção nas Ordenações Filipinas, viria o delito integrar a legislação brasileira, assumindo o nome do estelionato (tal como o vocábulo precursor latino) em nosso Código Penal de 1830, que previa punição a "todo e qualquer artifício fraudulento, pela qual se obtenha de outrem toda a sua fortuna, ou parte dela, ou quaisquer títulos", Doze modalidades de estelionato foram, depois, definidas no Código Penal pátrio de 1890, permanecendo, no ordenamento em vigor, dispostas pelo *caput* do artigo 171 e pelos sete itens do § 2.º desse mesmo preceito legal.

Desde o princípio da construção legislativa, preocupavam-se os artífices da lei em contemplar variada gama de condutas, de molde a evitar impunidade a ações não expressamente previstas. Daí o caráter da figura genérica do *stelionatus* concebido pelo Direito Romano, a compreender casos e condutas abrangidos pela *actio doli* e não previstos e outro tipo autônomo. Daí a inserção, em nosso ordenamento legal, de variadas descrições de condutas, visando tutelar o patrimônio e proteger seus titulares contra a audácia, ousadia e inteligência de agentes sempre dispostos a maquinar, engendrar e experimentar novos comportamentos capazes de ludibriar inocentes e lesar-lhes os bens e valores que possuam.

Do exposto se extrai que o fim colimado pelo estelionatário consiste na obtenção de vantagem material ilícita, com transferência patrimonial que somente se aperfeiçoa desde que mantido em erro o legítimo titular do bem ou valor pretendido.

Consoante os escorreitos e sempre úteis ensinamentos de Edgard Magalhães Noronha, "pelo enunciado, verifica-se que antes da vantagem ilícita o erro entra na composição do elemento material do crime. Entretanto, não integra, como a vantagem ilícita, a atividade do agente, mas, ao contrário, é a primeira consequência dessa atividade, da qual a segunda é a consecução daquela vantagem. Posto isto, verifica-se que a ação do sujeito ativo se reduz ao emprego da fraude, ao uso do artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento." (*Direito Penal*, 2.º volume, Edição Saraiva, 1980, pág. 383).

Resta bem aclarada pelo mestre a correlação lógica dos elementos que estruturam a conduta reprovável e passível de aplicação de sanções de natureza penal.

Coadjuvando o núcleo do tipo penal — obter vantagem ilícita — encontram-se os elementos que definem o caráter injusto da conduta — vantagem ilícita em prejuízo alheio — e o modo de consecução deste objetivo criminoso — induzimento da vítima em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.

Cumprir destacar que a espécie posta à apreciação judiciária nestes autos revela a totalidade de tais elementos, apresentando com clareza a vantagem ilícita almejada: ao pretender apoderar-se dos produtos alimentícios encomendados, o agente intentava locupletar-se indevidamente de bens orçados em quatrocentos mil cruzeiros, conforme preço previamente estipulado entre os contratantes.

É que, na realidade, não fora o negócio jurídico concebido por ambas as partes. Utilizava E. deste ardil com o exclusivo fito de fazer crer à vítima L. que a transação se efetivaria, quando sua verdadeira intenção era, maliciosamente, a de lesá-la, reiterando, desta forma, práticas idênticas.

Em face de sua profissão, era natural e freqüente que a vítima recebesse similares telefonemas, através dos quais dava início às vendas que lhe propiciavam a subsistência.

Daí se poder afirmar, com a necessária certeza, ser perfeitamente razoável que L. se convencesse da veracidade da intenção manifestada pelo réu.

Em outras palavras, a aparência do meio iludente era apta a enganar a vítima, sendo lícito considerá-lo, pois, idôneo para os fins a que se destinava.

E, como sabiamente assentado em inúmeros arestos,

"só fica configurado o delito de estelionato, quando as manobras fraudulentas, os ardis, os artifícios, possam embair a média argúcia, a prudência normal, aquele mínimo de sagacidade que a pessoa comum usa em seus negócios" (TACRIM-SP — AC — Rel. Juiz Galvão Coelho — RT 483/345).

Ora, à vista das circunstâncias do pedido, modo de localização da vítima, condições ajustadas do negócio, e promessa de pagamento, revestia-se o expediente delitivo de razoável aparência de seriedade e regularidade, servindo de meio iludente com relação ao homem médio.

Quer-se com isso afirmar que, à generalidade das pessoas, não era provável que, dadas as circunstâncias fáticas que precederam os fatos, adviesse uma desconfiança capaz de antever e evitar o resultado lesivo.

Daí ser possível aduzir-se que, se incoerreu na espécie a consumação infracional, isso se deve a circunstâncias totalmente dissociadas da conduta do agente e de sua própria vontade. Os fatores inibitórios do aperfeiçoamento final do tipo foram colhidos do acaso, pela coincidência de conhecimento e comunicação entre vítimas diversas de similares engodos perpetrados por um mesmo delinqüente. Mas a idoneidade do meio empregado não enseja o reconhecimento de crime impossível.

Eis o que se examinará a seguir.

4. Das circunstâncias alheias à vontade do agente.

O "Conatus" e a idoneidade do meio iludente.

A caracterização do estado de flagrância

Quis a legislação pátria, ao adotar a teoria temperada (que coaduna princípios das teorias objetiva e subjetiva) manter a concomitante importância da exteriorização voluntarística (aspecto subjetivo) e do risco ao qual é exposto bem jurídico tutelado pela lei penal (aspecto objetivo).

Analisando teoricamente a matéria, escreveu o Ilustre Alberto Silva Franco:

"Com a denominação 'crime impossível', o artigo 17 do Código Penal reformado cuida de impunidade da tentativa quando, "por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumir-se o crime.

Fosse atingida a consumação, sofreria L. o prejuízo referido, posto que efetuaría gastos com a aquisição da carne e seus temperos, dispenderia esforços no trabalho de preparação dos espetinhos, sendo-lhe, obviamente, devido o pagamento prometido.

Pretendia E. J. manter em erro a vítima, deixando que a mesma esperasse por tempo indefinido por um pastor sequer por esta conhecido, o qual lhe efetuaría o pagamento daquela mercadoria. Enquanto estivesse iludida a vítima, ele, denunciado, cuidaria da própria evasão, não sem antes apoderar-se do objeto da encomenda, a qual, anote-se, pela própria natureza, seria passível de venda imediata.

Para tanto, o réu ora apelado lançou mão de meio assaz convincente: regular encomenda efetuada pela via telefônica, a partir de anúncio veiculado em jornal, por interesse da própria comerciante L., com ajustes explicitados na conversação telefônica transcrita a fls.

O legislador de 1984 continuou fiel, em parte, à postura dogmática anteriormente adotada e levou em conta, para separar conceitualmente a tentativa idônea da tentativa inidônea, o perigo que a ação realizada poderia representar para o bem jurídico protegido. **Deste modo, manteve sua adesão à teoria objetiva temperada ou intermédia** (Temas de Direito Penal, Breves Anotações sobre a Lei n.º 7.209/84, Editora Saraiva, São Paulo, 1986, págs. 87 e 88, grifos nossos).

No mesmo ensaio, prossegue o insigne jurista:

"Duas situações especiais possuem ainda relevo no campo do crime impossível: a de intervenção predisposta da força pública e a da atuação do agente provocador.

Tais questões, que possuem inquestionável significado porque de comum incidência na realidade fática, não foram tratadas pelo legislador de 1984, de forma que o equacionamento de cada uma delas permanece em nível doutrinário, com reflexos na jurisprudência.

A primeira diz respeito à predisposição da autoridade policial, cientificada da execução de um plano criminoso, de seus efetivos para efeito de frustrar a consumação do delito antes ou no curso da sua realização. Não houve, nesse caso, nenhuma provocação ou instigação, por parte da autoridade policial, em relação ao autor do projeto criminoso. Este tomou livremente a iniciativa da ação dolosa. A autoridade policial apenas preparou-se, através de providências acautelatórias, para surpreendê-lo na prática da infração penal. É evidente que, nesta situação, o aprestamento da polícia não impediria, de forma absoluta, a concretização do delito que poderia vir a correr, apesar de toda a vigilância policial.

Destarte, o bem jurídico protegido poderá sofrer lesão ou, pelo menos, passar por um perigo sensível de lesão. Não há, portanto, cogitar de crime impossível, nos termos do artigo 17 do diploma penal reformado. Se o agente deu início à execução de conduta criminosa, segundo seu plano de ação, é óbvio que praticou conduta punível". (op. cit., pág. 90).

Verte dos autos processuais que o insucesso final da empreitada ilícita derivou da prisão flagrancial do agente. Cumpre, neste passo, explicitar as circunstâncias em que adveio esta prisão.

Restou apurado e esclarecido, ainda na etapa indiciária (com plena roboração judicial, ao depois) que o processado era contumaz estelionatário, costumando agir de modo idêntico para a obtenção das vantagens ilícitas pretendidas.

Apenas não tivera ainda o acaso de ver-se identificado e indiciado a respeito de tais condutas, cuja realização fez-se demonstrar nos autos. Costumava E. J. telefonar a pessoas que entregavam refeições e alimentos a domicílio, fazendo-lhes encomendas e esclarecendo que o pedido se destinava à Igreja Universal do Reino de Deus. Pareciam todos os detalhes cuidadosamente escolhidos de molde a não despertar suspeitas por parte das inocentes vítimas.

Releva notar que o nome de uma entidade religiosa, independente de seu credo, conferia ao plano ares de seriedade e a respeitabilidade do cliente afastava de plano quaisquer dúvidas que pudessem, eventualmente, surgir no espírito das pessoas procuradas pelo apelado.

Veja-se, a propósito, o entendimento jurisprudencial a respeito:

"Comete o agente o crime de estelionato quando, simulando um negócio qualquer, fraudar a vítima, que supõe estar constituindo negócio jurídico, mas, na realidade, está sendo despojada de seu patrimônio, sem obter a vantagem lícita

acenada, em proveito do agente, que auferir vantagem indevida." (TACRIM-SP, JUTACRIM 77/338).

Verifica-se que o expediente empregado pelo réu tudo tinha para alcançar o êxito, e o desfecho somente o desfavoreceu em virtude do conhecimento prévio de I. de que seria lesada.

Ocorre que o infrator já vinha aplicando golpes similares em outras comerciantes de gêneros alimentícios, tendo logrado sucesso na obtenção de seus propósitos pecuniários criminosos.

Em face de tal circunstância, I. recebera um telefonema que a alertara sobre o mecanismo fraudulento utilizado por um senhor que possuía "sotaque espanhol". Na oitiva judicial de fls. a vítima afirmou ter sido informada por "A. de Tal" que esta fora ludibriada por um estelionatário, o qual se chamava E. e era da Igreja Universal do Reino de Deus e falava castelhano" (cf. fls.). De posse da informação, ao receber o primeiro telefonema do acusado, I. vislumbrou que também teria sido escolhida como vítima e levou os fatos ao conhecimento policial.

Cumprir lembrar, por oportuno, que, em poder do increpado, fez-se aprender um caderno contendo diversas anotações, além de cartões de estabelecimentos comerciais do ramo alimentício. Exame pericial de manuscritos encontrados em poder do réu revelaram a autoria dos lançamentos ali contidos: foram observados pontos convergentes no material examinado e no material gráfico fornecido pelo réu, advindo a conclusão técnica no sentido de que do pulso daquele emanaram os manuscritos.

Colecionava o infrator nomes e telefones de pessoas estabelecidas no ramo alimentício, para reiterar seus engodos, auferindo proveito ilícito, por meio de sofisticada ofensa patrimonial.

Justamente a reiteração da mesma fraude, que tantas consumações já antes proporcionara a E., veio a prejudicar o sucesso do crime aqui em exame, em razão do qual foi possível prendê-lo, além de evitar o resultado lesivo almejado. De posse das notícias fornecidas por I., agentes policiais estiveram presentes na ocasião da entrega do bem ao infrator e, no instante em que este se apoderava dos espertinhos encomendados, foi preso em flagrante.

Embora dolo e finalidades se situem em planos diversos, estando o primeiro insito na tipicidade da conduta e a última inserida na órbita do ontológico, correlacionam-se ambos com tal estreiteza que o elemento subjetivo contém em sua formação o ideal prático a ser atingido, e, antes de posto em execução o ato doloso, é analisado o objetivo cuja consecução se pretende, de sorte que, desejado este, firma-se o dolo que irá desencadear comportamento punível.

Lembrada por Alberto Silva Franco, na obra anteriormente citada, merece transcrição, a propósito, a sábia ponderação de Enrique Cury Urzua:

"o fato de que a polícia se tenha antecipado à sua atividade, condenando-a ao fracasso, encontra-se entre as circunstâncias cognoscíveis para o autor no momento de empreendê-la. Mas é daquelas circunstâncias que participam do risco explícito em todo projeto criminoso e que deve ser tomada em conta pelo agente entre os 'fortuitos' previsíveis mas inevitáveis que podem obstar o êxito de seu plano. Por conseguinte, ainda que a apreciação **ex ante** dessa eventualidade possa ocorrer, sua realização efetiva não altera o **juízo relativo ao perigo sofrido pelo sistema de valores do ato**. Pelo contrário, a confiança na segurança deste corre ainda um perigo mais evidente quando se verifica que há indivíduos dispostos a quebrá-lo,

sabendo ou devendo saber que existem instituições destinadas a defendê-lo e a adotar, inclusive antes que comece a exteriorizá-lo tipicamente, medidas para opor-se a seus desígnios." (**Tentativa y delito frustrado**, Santiago, Ed. Jurídica do Chile, 1977, pág. 182, cit. Alberto Silva Franco, op. cit., págs. 90-91).

Na espécie, a caracterização do flagrante próprio deu ensejo à prisão do denunciado, vindo a obstar o desenrolar dos fatos. Patentou-se a conduta dolosa do agente, e o ludíbrio que tentava aplicar à vítima.

Em verdade, a ação policial nada desencadeou no comportamento de E., ao contrário, apenas deu-lhe oportunidade para agir livremente, sem interferir, predispor ou intervir na formação de sua vontade. Não coibida **ab initio** a conduta do estelionatário, tem-se configurado o flagrante próprio (art. 302, item I, situação de quem está cometendo infração penal).

Trata-se do flagrante esperado, que segundo magistralmente exposto por Hungria e Tourinho Filho, em nada se assemelha ao flagrante preparado. Não foi, **in casu**, artificialmente provocada a iniciativa do infrator, que, por causalidade de contato entre as vítimas, veio a ter frustrado o fim colimado na última das empreitadas fraudulentas.

E a reiteração das práticas ilícitas noticiadas nos autos sugere a memória de brilhante orientação pretoriana, emanada do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

"Não há falar em tentativa impossível se o plano urdido pelo agente é hábil à consumação do fim almejado, máxime quando anteriormente posto em prática, com sucesso, pelo meliante. O simples fato de encontrar-se a vítima prevenida contra a repetição da conduta delituosa não torna inexecutível o crime" (TACRIM-SP — AC — Rel. Juiz Ferreira Leite — JUTACRIM 25/354).

5. Da pretensão recursal

Destarte, em razão das provas incriminatórias colhidas no contraditório, que reafirmam e convalidam a veemência do acervo indiciário, é o presente recurso interposto e arrazoadado em tais termos, objetivando solução diversa daquela judicialmente adotada, reconhecendo-se a procedência da lide penal, e apenando-se o ora apelado nos moldes cominados no ordenamento substantivo.

Pela conduta típica que praticou, pelos perigos e riscos trazidos à sociedade, não pode o processado permanecer à margem de punições, tornando, em liberdade, a reiterar ardis assemelhados aos que já praticou, em detrimento de trabalhadores e comerciantes que sobrevivem às próprias expensas, do proveito de seus esforços cotidianos.

Entende-se, por derradeiro, não ser despidendo lembrar a dimensão ética do Direito Penal, com perfeição exposta pelo Ilustre Ricardo Antunes Andreucci, **in verbis**:

"Bettiol pondera que quanto maior for a correlação entre a ação do réu e a sua personalidade, o que também pode operar inversamente, tanto maior será a sua culpabilidade. O juízo sobre ela, sempre valorativo, não pode prescindir da compreensão da personalidade, mas personalidade moral e não apenas naturalística, fora da vida e da história, devendo ser enquadrada em todas as condições pessoais e ambientais do agente. Insere na culpabilidade, embora reflita-se também sobre a antijuridicidade, o GESINNUNGSSTRAFRECHT — direito penal de atitude inte-

rior — que, segundo ele, tornou anacrônicas as anteriores concepções de dolo e culpa. Coloca o homem no centro do sistema, tornando-o o anti-sistema na medida em que é analisado atuando na vida e no mundo, sentindo o imperativo que pode ser seguido ou transgredido, como decorre da filosofia existencialista. Justifica-se, assim, o juízo da censura e intensifica-se o sentido ético do Direito Penal." (**Ciência Penal 2**, Ed. José Bushatsky Editor, São Paulo, 1974, "Dimensão Humana e Direito Penal").

Para a consecução da Justiça que ora se almeja, na lide concreta, são expostas tais razões e considerações, ao elevado critério de Vossas Excelências.

São Paulo, 16 de junho de 1992